



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 193

ACÓRDÃO Nº 329/2018

EM 9/10 DE 2018 PÁGINA(S) 28

Secretaria das Sessões

Ementa: Prestação de Contas Anual – PCA. Exercício 2012. Contas julgadas irregulares. Multa.

Processo TCDF nº 18.652/2013.

Nome/Função/Período: José Ailton Ferreira Lima, Superintendente da Unidade de Administração Geral – Respondendo, de 2/8 a 21/10/12.

Jurisdicionada: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Revisor: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese das irregularidades apuradas: subitem “3.6 – Ausência de celebração de novos contratos ou de termos aditivos” do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAP/CONAE/CONT/STC (fls. 359/373 do Processo GDF nº 193.000.607/2013).

Valor da multa: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser pago no prazo de 30 (trinta) dias do conhecimento desta deliberação e atualizada monetariamente a partir do vencimento, consoante os termos da Portaria-TCDF nº 212/2002.

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Revisor, com fundamento nas disposições dos artigos 17, inciso III, alínea b, 20, parágrafo único, e 57, inciso I, Lei Complementar nº 01/1994, em julgar **irregulares** as contas em apreço e aplicar ao nominado responsável **multa** no valor acima indicado, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, autorizar a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para as providências previstas no artigo 54, inciso III, do Regimento Interno desta Corte, se necessário.

ATA da Sessão Ordinária nº 5071, de 13 de setembro de 2018.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada: por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro Renato Rainha.

Representante do MPJTCD presente: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Revisor

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Procurador do Ministério Público
junto à Corte